

CAPÍTULO V - A prática da mediação em museus: entre o artefato e a subjetividade

Felipe Eleutério Hoffman

1 INTRODUÇÃO

O vocábulo mediação pode ter sua origem rastreada a partir de uma raiz grega *mesou*, ou ainda do latim *médius/mediatio*, que etimologicamente está ligada em seu sentido original ao significado de intervenção, interferência, intercessão ou ainda conciliação. Nesta acepção podemos identificar a raiz *med* com o significado de “meio” que remete a ideia de uma posição mediana, algo que se encontra no meio, no centro, um elemento terceiro que se coloca entre duas outras partes, agindo como um intermediário, capaz de conciliar estes dois elementos.

No universo dos museus o conceito pode apresentar acepções diversas, mas dentro das diferentes possibilidades que se apresentam ao campo, esta dimensão da mediação como algo que se coloca entre dois elementos com o objetivo de provocar uma aproximação ou ainda uma relação de apropriação, também é a que se apresenta de maneira mais comum.

De maneira geral no contexto museal a mediação está ligada a uma série de intervenções que tem como finalidade estabelecer pontos de contato entre aquilo que é exposto, representado, rememorado no espaço dos museus e os diferentes significados que podem ser apreendidos por meio deles por um público visitante. Desta forma estas diferentes intervenções podem apresentar dimensões e contextos diversos de acordo com os distintos olhares que caracterizam as funções e o fazer museal. Neste sentido o presente texto objetiva traçar um olhar panorâmico sobre algumas destas perspectivas que se apresentam ao conceito de mediação no âmbito dos museus sem buscar, no entanto esgotá-las.

Partiremos da percepção da mediação nos termos do que é denominado nos museus de “ação educativa” ou “mediação cultural” destacando a figura do “educador” ou “mediador” como o responsável por desenvolver atividades educativas e/ou informativas e provocadoras no âmbito dos espaços museais. Em seguida trataremos da mediação no que tange as atividades que são realizadas com os artefatos e documentos para além do contato direto com o público, destacando a prática da curadoria como instância de mediação. Por fim abordaremos outras possibilidades de compreensão da mediação considerando novas formas de relacionamento que se desenvolvem entre as instituições museais e o território em que se encontram inseridas no âmbito das cidades, pensando o museu como espaço relacional, fruto de novas abordagens que se descortinam para a museologia e para o campo dos museus no contemporâneo.

No entanto antes de adentrarmos estas diferentes perspectivas faz-se necessário trazer alguns apontamentos acerca da própria trajetória e conceituação da instituição museu destacando aspectos que se tornam fundamentais na percepção destes lugares como espaços de mediação. Percurso que percorremos a seguir.

2 O MUSEU COMO INSTITUIÇÃO MEDIADORA DA REALIDADE

A origem da palavra museu advém da Grécia antiga, uma alusão ao templo das musas, o *Museion*. Dedicados às nove deusas das artes e das ciências, filhas de Zeus e Mnemôsine, lugares de culto e adestramento nas artes.

No entanto, o museu da forma como o conhecemos hoje, passa pelas coleções de objetos e dos gabinetes de curiosidades, onde o contato com este patrimônio era ainda restrito a alguns estudiosos e é apenas nos séculos XVII e XVIII que estes se reorganizam, enquanto instituição, assumindo um formato próximo ao que conhecemos atualmente. A ideia de “um espaço bem delimitado, destinado à guarda, estudo e exposição de objetos aos quais é

atribuído um sobrevalor – importância religiosa, cívica, científica, estética, ou qualquer outra- que os torna passíveis de proteção” (BITTENCOURT, 2009, p.17).

É, portanto a partir dos ideários e de um projeto burguês, tendo como vértice a Revolução Francesa, em 1789, que os testemunhos históricos e artísticos são valorizados como construção de uma cidadania formadora da coletividade e passam a ser vinculados ao campo da representação e a ser utilizados com fins políticos, com o objetivo de unir grupos cultural e socialmente distintos, em um projeto unificador de identidade e de nação.

Os monumentos históricos, os saberes e as práticas que os rodeiam institucionalizam-se. Esculturas, pinacotecas, arquivos nacionais e bibliotecas públicas, são criadas com a função de dar visibilidade ao poder constituído e de servir ao mesmo tempo como ferramenta para instrução dos cidadãos. É também neste contexto que os museus se consolidam enquanto instituição:

A força do conceito de instituição clareia sua função organizadora. [...] as instituições são percebidas como fator de organização da sociedade, interligação dos indivíduos a atividades permanentes, passando a conhecer sua própria sociedade através das representações coletivas que a simbolizam em totalidade. [...] a instituição inscreve-se no contexto do grupamento social legitimado, sendo reconhecida e dotada de verdade validada por si própria, um fato social que determina comportamentos coletivos e inscreve-se como instrumento de análise das contradições sociais. A institucionalização das coleções reais e privadas em museu, tal como hoje é entendido, atenderia perfeitamente as ambições burguesas em afirmar-se enquanto classe dominante (CASTRO, 2002, p.103).

Esta feição institucional dos museus, resultado desta complexa vinculação com o estabelecimento dos Estados Nacionais, os estabelecem como local de preservação de uma memória e patrimônio cultural. Patrimônio e memórias estas que espelhavam o poder das camadas dominantes da sociedade.

É a partir desta configuração que se deu a exportação e absorção deste modelo de instituição museal pelo “novo mundo” e pelas nações orientais. Nas colônias com a implantação de museus que refletiam a forma como a cultura local era vista pelos “olhos europeus”, representavam um desejo de incorporação política das realidades que se ora se descortinavam. No oriente, ainda que um pouco mais tarde, principalmente através da implementação de

museus de arte de estilo ocidental, reflete-se a disposição de mostrar ao ocidente uma posição como aliado político confiável e uma adesão aos símbolos e valores ocidentais (DUNCAN, 1996).

Neste sentido, desde seus primórdios se percebe o museu como espaço de não neutralidade. "A instituição museal torna-se, por força de sua representatividade, uma preciosa aliada na utilização da memória coletiva como exercício de poder" (CASTRO, 2002, p. 111). Estabelecem-se desta forma os museus como instrumento de afirmação da nacionalidade, que deveriam estimular a admiração pública.

Detinham então um papel privilegiado como propagadores de uma memória oficial, fortemente identificada com a ideia da nação como principal suporte de uma memória coletiva. Se caracterizavam em suas origens por um acesso restritivo a seus espaços, inicialmente como lugares para os membros das classes mais abastadas, pesquisadores, membros da nobreza e das classes dominantes. Ao longo do século XIX e XX, vão gradualmente se abrindo a visitação pública.

No entanto, para além do acesso físico aos espaços do museu, outra questão fundamental na relação da instituição museal com a sociedade como instância mediadora do patrimônio cultural, diz respeito ao acesso simbólico. Os procedimentos de coleta de acervo em seus primórdios privilegiavam os segmentos das elites sociais. Suas exposições adotavam um tratamento factual da história, promovendo o culto à personalidade, a veiculação de conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2006).

Estes fatores que exercem ainda hoje, influências nas práticas museais, constituem-se em um dos principais veículos de críticas feitas aos museus. Foram diversos os intelectuais que desde a gênese das instituições museais, despenderam críticas à lógica museal. Preso a ideia de representação de uma unidade nacional, a partir de uma perspectiva elitizada, o discurso museal impossibilitava ao público visitante uma identificação mais profunda com o que viam em suas galerias, estes se configuravam apenas como espectadores.

As primeiras décadas do século XX trazem mudanças, principalmente a partir das críticas realizadas pelas vanguardas do movimento moderno aos

espaços museais e ao mesmo tempo pelo surgimento de uma visão mais pragmática e associada a uma vertente mais mercadológica de museu nos Estados Unidos. O museu começa a atender novas demandas e serviços, associados não só a uma vertente educacional e cultural, mas também ao entretenimento (SILVA, 2007).

No entanto, apesar de todas as transformações nos espaços museais, permanecia ainda um distanciamento destas instituições com o público. Ainda que propusessem uma série de novas atividades que incentivam a visitação, havia toda uma diversidade cultural que não se sentia representada nestes espaços de memória. Esta condição somente irá se alterar frente aos movimentos e demandas que se originam no período pós-segunda guerra mundial, principalmente a partir da década de 1960, movimentos estes que ganham força nas décadas seguintes. Tal agitação resulta na quebra do paradigma dos museus enquanto lugares associados exclusivamente ao universo simbólico das elites e a uma ideia hierarquizada de cultura, proposições que correm em paralelo com o alargamento da noção de patrimônio.

Frente a esta conjuntura os museus se reestruturam e começam a incorporar as questões relativas à vida cotidiana das comunidades, as lutas pela preservação do meio ambiente e a memória de grupos sociais específicos. Novas práticas e teorias sinalizam para uma função social do museu, que passava a redefinir o seu papel, ao estabelecer como seu objetivo maior o público, e não mais seu acervo. Este fator imprime aos museus uma função crítica e transformadora na sociedade. Neste sentido, é neste íterim que o surgimento do conceito de ecomuseu e museu comunitário, no qual se expressa a relação da população de um determinado território com sua história e com o território que o cerca ao incorporar o patrimônio natural e cultural, transforma a relação entre o museu e a sociedade.

Na atualidade o conceito de museu sofreu grande expansão, principalmente no contexto pós-segunda guerra mundial no qual a criação do ICOM teve determinante influência, propiciando grandes avanços na mentalidade museal em resposta as estas demandas sociais do pós-guerra.

Portanto, ainda que tenham se estabelecido a partir de uma tradição do ocidente, as instituições museais se configuram na contemporaneidade como um fenômeno de alcance global.

Até recentemente segundo o ICOM (Conselho Internacional dos Museus) um museu poderia ser definido como:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p.64).

No entanto a partir de uma compreensão de que a atual definição não dá conta da complexidade da realidade do século XXI, bem como das novas responsabilidades e compromissos assumidos pelas instituições museais, e ao mesmo tempo demonstrando a vitalidade do campo museal, começa a ser debatida uma nova definição de museu em âmbito internacional. Tal conceituação se baseia na apreciação de uma nova definição que será discutida por especialistas do campo dos museus no âmbito dos canais institucionais dos comitês institucionais do ICOM e deverá ser apresentada a comunidade museal nos próximos anos.

Este movimento, contudo nos demonstra que ainda que se possa estabelecer uma referência norteadora para o campo museológico a realidade dos diferentes contextos museais nos remete a existência de uma pluralidade de iniciativas, lugares, formas e proposições de museus no contemporâneo que serão sempre desafiadoras e por vezes contraditórias, e que é dentro da compreensão desta perspectiva diversa que podemos falar nas diferentes realidades e práticas de mediação no âmbito dos museus.

3 MEDIAÇÃO, MEDIADORES E MUSEUS: O ELEMENTO HUMANO NA MEDIAÇÃO DO ESPAÇO EXPOSITIVO

Como visto anteriormente, principalmente nas últimas décadas, os museus passam a ocupar espaços socioculturais mais amplos com uma

diversidade tipológica e conceitual que também vai refletir diretamente nas práticas e nas formas de comunicação destas instituições com seu público.

O uso crescente das linguagens digitais tem proposto novas formas de relacionamento entre os museus e seus visitantes, seja através das visitas virtuais e dos canais de relacionamento e divulgação feitas por meio da *Web* ou através da incorporação destas linguagens em seus espaços físicos, propondo novas abordagens lúdicas e interativas. Contudo apesar de todas as mudanças reconhecemos que as exposições ainda se configuram como a principal forma de comunicação das instituições museais com a sociedade.

Neste ambiente se destaca um reconhecido uso crescente do termo mediação para designar as atividades realizadas por um profissional da instituição que é responsável por desenvolver atividades educativas diretamente com o público transmitindo as propostas pedagógicas dessas instituições. Profissional este frequentemente identificado pelo termo “mediador”.

Os mediadores profissionais tornam mais agradável a acolhida aos diferentes tipos de público nos museus; conduzem e orientam sua visita às exposições, oferecem aos visitantes diferentes leituras das exposições; propõem e/ou participam de atividades educativas, em um convite ao aprendizado; promovem a interatividade entre público e exposições; esclarecem dúvidas e ao mesmo tempo questionam, de modo a despertar a curiosidade e a reflexão, mas sobretudo, sabem ouvir o visitante (RIBEIRO; FRUCCHI, 2007, p. 69).

Comprometidos com a tarefa de tornar mais significativa a experiência de comunicação de sentidos e a aprendizagem nos museus, por muitas vezes são eles o contato mais direto com a comunidade de usuários a partir do momento que atuam também como serviços de atendimento e referência. A atividade de mediação nesta perspectiva se encontra inserida nos programas educativos das instituições museais podendo adotar atendimentos diferenciados conforme segmentos específicos de público, famílias, grupos escolares, idosos, pessoas com deficiências, entre outros.

Ainda que possa ser encontrada sob a denominação de monitoria ou visita guiada, segundo alguns autores, esta terminologia reflete pouco os avanços conceituais sobre a natureza desta ação, ao assumir o visitante como um sujeito menos receptor e que, portanto não necessitaria ser “guiado” ou

“monitorado”. O caráter de mediação explícita de maneira efetiva um processo mais interativo entre o visitante e a figura do mediador, que levanta suas hipóteses durante o percurso e adquire conhecimento a partir de uma troca de experiências na visita (GRISPUM, 2014).

Neste sentido a mudança de nomenclatura refletiria também uma mudança de postura. Inicialmente temos a figura do “guia” como aquele que sabia e que decorava o maior número de informações acerca de determinada obra ou tema e que ao realizar sua “visita guiada” pressupunha uma cegueira ou ignorância total por parte do público. Passamos pela figura do “monitor” que não buscava delimitar os limites do público, mas o comandava dentro do espaço e aniquilava as múltiplas possibilidades de interpretação dos objetos. Para por fim chegarmos a compreensão de que o educador nos museus, como mediador, se transforma naquele que propõe um diálogo, atraindo do público sua própria capacidade de estabelecer relações entre os artefatos. Enquanto mediador este deve buscar se tornar mais um propositor do que propriamente um banco de informações e dados a ser despejado em cima do público (PINTO, 2012).

Embora devamos considerar os impactos da multiplicidade tipológica (históricos, artísticos, científicos etc.) e das diferentes realidades institucionais dos museus na contemporaneidade, gostaria de finalizar a discussão neste tópico apontando alguns aspectos que se caracterizam como determinantes nesta relação do elemento humano como mediador presente no espaço físico do museu.

Primeiro apontar para a necessidade da formação interdisciplinar das equipes que compõem os setores educativos e das equipes de mediação nos museus. A diversidade dos artefatos presentes nas instituições museais, principalmente considerando as ampliações tipológicas das categorias patrimoniais nos últimos anos, tem demandado o domínio de diferentes linguagens de especialidade que tendem a se mostrar de maneira mais forte quanto mais especializado a temática que o museu aborda.

Um segundo ponto é a necessidade do estabelecimento de um diálogo com a comunidade externa para além dos espaços do museu, pensando e

executando ações de extroversão que não só levem o museu à escola, por exemplo, mas que também conduzam a momentos anteriores e posteriores a visita na instituição, de diálogo com os diferentes públicos.

Por fim a partir da constatação de que, como ressaltam alguns autores, a comunicação nos museus geralmente se desenvolve por um modelo unilateral, ou seja, sem possibilidade de resposta por um público receptor (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014), destaca-se o crescente papel das ações de mediação como possibilidade de tornar o público visitante mais ativo. Um grande diferencial “está no processo da mediação, como ele irá trabalhar com os diferentes contextos envolvidos na leitura das imagens: o contexto de produção sim, mas também o contexto de recepção, o da instituição e o seu próprio” (ALENCAR, 2015, p.117). Ao considerar as distintas experiências como instâncias de aprendizado é estabelecido um aumento no foco por sobre a subjetividade permitindo assim “a possibilidade de interpretações múltiplas, não apenas o discurso reprodutor da cultura hegemônica, mas outras formas de interpretação” (ALENCAR, 2015, p.123).

Todas estas questões apontam para a centralidade que a figura do mediador nos espaços expositivos assume na atualidade, embora possamos tratar de outras formas de mediação no espaço museal (assunto que desenvolveremos a seguir), há que se reconhecer sua crescente importância não só para a aproximação entre o público e o conteúdo das exposições, mas também para a aproximação entre público e a instituição museal.

4 CURADORIA E MEDIAÇÃO: PROCESSOS DE MEDIAÇÃO EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS NO ESPAÇO MUSEAL

Outra perspectiva para se pensar o conceito de mediação em âmbito museal se relaciona com o contato do público com os artefatos e/ou referências patrimoniais exibidas nos museus sem que haja no momento da visita a presença física de uma figura humana como mediadora como vimos anteriormente. Trata-se da interação entre o sujeito e o objeto (geralmente

exposto ao olhar) nas vitrines, expositores, displays, painéis e demais suportes expositivos que podem ser empregados dentro das estratégias comunicativas dos museus.

Como vimos a demanda de diferentes grupos pela preservação dos testemunhos de sua história, somada a inclusão no grupo dos objetos considerados como de interesse para preservação, dos testemunhos da era industrial, traz uma expansão tipológica para o conceito de patrimônio, que faz com que os museus passem a incluir objetos pertencentes a um passado cada vez mais próximo do presente (CHOAY, 2001).

As instituições museais começam a ter de lidar com artefatos de realidades cada vez mais desafiadoras e com questões relacionadas à coleta contemporânea de acervos. Ao mesmo tempo este número cada vez mais crescente de artefatos, implica em novas reflexões nas políticas museais, tanto no que tange a seleção do que merece ser transmitido para as próximas gerações, quanto na forma como estes objetos, valores e ideias serão transmitidos.

Em meio a este turbilhão de novas confrontações os profissionais do campo dos museus precisam lidar com esta diversidade de artefatos e por extensão precisam pensar as maneiras como serão disponibilizadas para o público as informações dos quais estes artefatos são suportes. Neste ponto é preciso demarcar, os objetos em si não são informação, mas sim suportes que carregam informação, possuindo assim um potencial documental enquanto mediadores da realidade. A este respeito Meneses (1998), nos lembra, o documento é um suporte de informação. Os traços materialmente inscritos nos artefatos, como sua morfologia, composição físico-química, sinais de uso e assim por diante, orientam leituras sobre as tecnologias e condições sociais de fabricação, sua função, significações, entre outros. Portanto, não é o pesquisador que faz o documento falar, mas sim o pesquisador que fala por meio dos documentos.

Torna-se assim documento tudo que pode ser interrogado por um pesquisador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado

que nos sirva no presente ou que possa vir a ter significações para um imaginário de futuro.

Se artefatos são produtos do engenho humano ao qual são atribuídos sentidos, se os artefatos transcendem suas meras qualidades morfológicas, se essas só podem ser interpretadas em articulação com "atributos historicamente selecionados e mobilizados", não importa então se falarmos de uma agulha ou de uma estrutura gigantesca, complexa, cheia de detalhes visíveis e invisíveis: todos, sem exceção, dependem da interpretação que deles é feita por seus usuários (BITTENCOURT, 2009, p.24).

Acontece que frequentemente no contexto dos museus o nome dado a esses profissionais pesquisadores é o de "curador" e ao desafio de selecionar, interpretar e inter-relacionar estes artefatos na produção de diferentes narrativas dá-se o nome de "curadoria". Atividades estas que se encontram presentes em qualquer museu independente de sua temática, tamanho, localização e escala, ainda que na realidade de um pequeno museu o encarregado não se reconheça como tal (BITTENCOURT, 2008, p.7).

Nesta direção os museus se traduzem como lugares em que estas interpretações, narrativas (escritas, ou orais) podem ser agrupadas na conformação de diferentes discursos sobre a arte, ciência, história e memória de um lugar, de acontecimentos ou personagens, que por sua vez são colocadas a disposição de uma nova interpretação por seus usuários.

É neste âmbito que alguns pesquisadores do campo da Ciência da Informação vão nos falar que a mediação se estende para além do trabalho de contato direto com o público e fazem a defesa de que na organização da informação, no processamento técnico dos artefatos e suportes de informação, também está o trabalho de mediação. Considerada como um trabalho de mediação implícita em oposição aos processos de natureza explícitos que estariam mais relacionados ao contato direto do profissional com a comunidade de usuários.

Esta mediação implícita:

[...] encontra-se nos "bastidores" de uma unidade informacional. Atividades tais como: formação e desenvolvimento de coleções, tratamento informacional (representação descritiva e temática), o trabalho com softwares e base de dados, circulação, administração, entre outros, constituem a Mediação Implícita (PAULA, 2012, p.73).

Nesta perspectiva se pode destacar o papel dos profissionais que atuam nos museus como profissionais da informação, no entendimento do objeto como suporte informacional, portanto documento, a partir do qual se produz conhecimento. Atuação esta centrada fundamentalmente na mediação entre os objetos do acervo e os visitantes da instituição, realizada de maneira geral no universo dos museus, ainda que não exclusivamente, pelos profissionais museólogos, que são responsáveis pelas ações de preservação, pesquisa e extroversão da informação nestes contextos.

Neste sentido, as práticas de pesquisa e documentação museológica bem como os planejamentos previstos em planos museológicos podem ser compreendidas, nesta perspectiva, como instrumentos de uma mediação implícita, na medida em que são realizadas com o objetivo de atender a necessidades informacionais. Ocorrem em situações e [...] “nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.92-93). É neste âmbito que podemos afirmar que a curadoria, exerce no museu, um papel de mediação. Seja de maneira explícita por meio das exposições, ações culturais e atividades educativas ou de forma implícita no tratamento informacional do acervo, no estabelecimento de uma política de aquisição e descarte e etc.

A mediação se encontra presente em todos os procedimentos do museu, desde a curadoria até o trabalho final da exposição e assim como afirmamos o museu como espaço de não neutralidade, as diferentes práticas de mediação devem ser compreendidas como interferências intencionais. Em oposição ao pensamento hegemônico que apresenta o trabalho do profissional da informação como dotado de neutralidade e imparcialidade:

A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.93).

A partir disso podemos pensar a própria edificação museal e suas diferentes significações e usos dentro de outras estratégias e instâncias comunicativas como um agente mediador.

5 MEDIAÇÕES MUSEAIS NO ÂMBITO URBANO: A MUSEOLOGIA SOCIAL E NOVAS RELAÇÕES DE MEDIAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Desde sua implantação nas principais cidades europeias no século XVIII os museus sempre foram prédios diferenciados, de grande significado nos grandes centros urbanos. É nesta direção que podemos discutir aspectos das instituições museais no contexto urbano, ao trabalhar as questões referentes ao estabelecimento de práticas museais no espaço da cidade no contexto da mediação, a partir de uma visão da urbe como um complexo sistema comunicativo.

Ao abordar a cidade como estrutura comunicativa Ferrara nos aponta o papel fundamental da arquitetura neste processo:

A arquitetura induz, através de materiais, técnicas e formas construtivas, a função, o uso e o valor do espaço e, nesse sentido, constitui o suporte através do qual a cidade se constrói como meio comunicativo que possibilite sociabilidades e interações em constantes transformações (2007, p.41).

Na teorização da autora se percebe que à dimensão física da cidade, composta por seus suportes construtivos, soma-se uma dimensão comunicativa que possibilitaria a cidade ao mesmo tempo emergir como eficiente mídia e como espaço de práticas e manifestações de vida capazes de transpor suas intenções midiáticas. Neste sentido Ferrara nos aponta que enquanto medium informacional, ou seja, espaço como suporte de conteúdo informacional, a cidade deve ser compreendida dentro de três aspectos interdependentes, meio, mídia e mediação (2007).

A cidade como meio, envolve percebê-la em seu plano construtivo, seus materiais, volumes, formas e implantações, utilizados para a construção do espaço edificado. O meio seria desta forma, a pele da cidade, informação

concreta e cuja percepção da sua representação contextualizaria, ao mesmo tempo, a cidade e, sobretudo, a base de identidade simbólica que a comunicaria (FERRARA, 2007).

Enquanto mídia a cidade é imagem, esta geralmente explorada pelo jogo comercial, empresarial e, é claro, midiático, que sob a lógica do visual distorceria a realidade para torná-la consumível por uma percepção rápida e inconsequente, indo de encontro a uma descoberta da cidade nas suas diferenças e particularidades. A imagem seria a primeira forma de comunicação entre a cidade e o usuário que através de seus ícones e símbolos seriam "a primeira forma inteligível da arquitetura como código cultural" (FERRARA, 2007, p.46).

Finalmente, enquanto mediação a cidade seria complexa experiência que atingiria tanto ao usuário, quanto a cidade, partindo de seu caráter midiático para superá-lo, enquanto interatividade. A cidade enquanto mediação é caracterizada por sua natureza processual, portanto, aberta a possibilidades, dependente do processo relacional que o intérprete desenvolve como usuário da cidade, "influenciando-a e sendo por ela influenciado" (FERRARA, 2007, p.49). A mediação na cidade desafiaria a lógica da mídia levando-a, potencialmente, à reversão e à mudança. Nesta relação, o que se vislumbra são as diferenças entre as cidades e as características de seus lugares.

Colocados estes aspectos, caberia indagar de que forma os museus inseridos no contexto da cidade, tem contribuído ou colaborado para evidenciar estes aspectos da natureza informacional das cidades. Colocado de outra maneira, quais tem sido e quais são as possibilidades das instituições museológicas no contexto da cidade como meio, mídia e fundamentalmente como mediação.

No que diz respeito às suas formas, materiais, volumes, enfim numa percepção da relação do museu com a cidade enquanto meio, conforme nos aponta Kiefer, os museus serão marcados arquitetonicamente por uma lógica da grande escala e da monumentalidade. Em suas origens ao ocupar os palácios e os grandiosos edifícios públicos existentes e no contemporâneo com

a grande liberdade dada aos arquitetos para elaboração de seus projetos de museus (2001).

A capacidade dos museus de atuarem como dispositivos potencializadores em meio a um discurso midiático da cidade se relaciona principalmente a eficácia destas instituições em se constituírem como marcos urbanos, podendo ser empregados em campanhas turísticas e publicitárias. Nas últimas décadas boa parte dos novos museus se desenvolvem no contexto das chamadas operações de requalificação ou revitalização do espaço urbano, projetos cujas propostas pretendem alterar o perfil socioeconômico de cidades ou regiões (HOFFMAN, 2014).

Por fim na compreensão do papel do museu no plano de uma mediação no contexto urbano. Envolve necessariamente a integração destas instituições com as práticas trazidas no âmbito da chamada nova museologia, sociomuseologia ou museologia social. Nestes novos processos museológicos a própria comunidade ou grupo social envolvido, se encontra inserido de tal forma que eles mesmos, enquanto sujeitos e objetos de pesquisa e ação do museu, é que são responsáveis por inventariar, selecionar, expor, organizar, opinar e participar de todos os aspectos da instituição.

Estes processos, ideias e procedimentos museológicos teriam muito a contribuir com os museus no território das cidades, podendo resgatar uma dimensão de inclusão e aproximação do cidadão com seu patrimônio. Indo para além dos discursos "participacionistas" vigentes na gestão contemporânea das cidades. Tornando o habitante da cidade não só um consumidor ou visitante destas instituições, ou ainda como somente fonte de informações, objetos, memórias e narrativas que a instituição decide onde e como aproveitar. O cerne desta proposta seria a transformação do cidadão em gestor destes espaços, transformando o museu em um verdadeiro instrumento de constituição de memórias e narrativas "contra hegemônicas".

Retomando então as proposições de Ferrara, verifica-se que estas condições vão ao encontro dos pressupostos trazidos pela autora, para a qual a percepção da cidade como mediação "supõe uma auto-organização e transformação do usuário à medida em que ele interfere na cidade e contribui

para a própria organização do cotidiano que a caracteriza” (2007, p.49). Desta forma, infere-se que através de práticas museológicas que tenham como base os fundamentos trazidos pela Nova Museologia, se consiga projetar no território das cidades, experiências comunicativas da urbe enquanto mediação.

Ao observar algumas colocações de Ferrara podemos estabelecer conexões neste sentido. A autora nos apresenta que enquanto estrutura comunicativa a mediação na cidade desafia a repetição midiática de imagens, levando-a, potencialmente, à reversão e à mudança (2007, p.49). A partir de processos museológicos comunitários os museus deveriam ser reconhecidos pelas comunidades, sendo então um resultado delas, de sua participação e empenho. Os papéis, neste sentido, são invertidos, os museus passam a não ser feitos mais *para* os grupos sociais, mas por e *com* eles (CERAVOLO, 2004, p.261). Tais processos se organizam em torno de uma noção de patrimônio total ou integral, compreendendo as paisagens, sítios, edificações, objetos, bem como as próprias memórias e relações sociais das pessoas que habitam o território em questão, o foco recai sobre a necessidade de transmitir informação.

Informação que nestes processos deveria ser entendida essencialmente dentro de uma abordagem sociocultural da informação, enquanto informação construída como prática social. As comunidades, ou grupos sociais responsáveis pelo museu ou que habitam o território, poderiam ser entendidas como *comunidades discursivas*. Tal possibilidade de olhar a informação permitiria a construção da mesma enquanto “fenômeno social de informação coletiva, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades discursivas” (MORADO NASCIMENTO, 2006, p.31).

Ainda conforme a autora, tal abordagem permitiria:

[...] a possibilidade de provocar a produção de outro conhecimento, não linear, mas circular, que valorize as inter-relações culturais, ambientais, sociais, econômicas e políticas construídas para enfrentar de forma mais coerente e atuante os desafios atuais da sociedade (MORADO NASCIMENTO, 2006, p.31).

A informação, dentro destes processos museológicos, como construção coletiva permitiria uma negociação das diferenças, e a produção de conhecimento crítico, na mediação das relações entre diferentes. Tal aspecto indo de encontro aos pressupostos trazidos por Ferrara, como condição essencial aos processos de mediação na cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar um panorama sobre três abordagens possíveis de compreensão do processo de mediação no contexto dos museus foi o objetivo do presente escrito. Estas diferentes perspectivas chamam a atenção para as múltiplas possibilidades que se desvelam ao se aproximar do conceito de mediação dentro do universo museal. Seja por meio dos profissionais que neles trabalham, dos artefatos que objetivam preservar e comunicar ao público ou por meio das edificações que ocupam, os museus estabelecem uma complexa relação como instância mediadora da realidade, da cultura material, dos processos de memória e identidade no contemporâneo. Compreender os "tensionamentos" e potencialidades que podem advir destas diferentes perspectivas é tarefa fundamental a ser enfrentada pelo profissional da informação.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Valéria Peixoto de. **Mediação cultural em museus e exposições de história:** conversas sobre imagens/história e suas interpretações. 2015. 190p. Tese (Doutorado), Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro da coisa: observações sobre museus, artefatos e coleções. *In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de et al.*

Cidadania, memória e patrimônio: As dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 17-31.

BITTENCOURT, José Neves. Mediação, Curadoria, Museu: uma introdução em torno de definições, intenções e atores. In: JULIÃO, Letícia; BITTENCOURT, José Neves (Orgs.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2.** Mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Superintendência de Museus, 2008. p.2-13.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **Memórias clandestinas e sua museificação:** uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional. 2002. 180f. Tese (Doutorado), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CERAVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 12, n. 1, Dec. 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação liberdade: Editora UNESP, 2001.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro/FUNARJ, 2014.

DUNCAN, Carol. Art museum and the ritual of citizenship. In: KARP, Ivan, LAVINE, Steven D. (Ed.) **Exhibiting Cultures:** the poetics and politics of museum display. Washington: Smithsonian Institute Press, 1996, p. 88-103.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Cidade: meio, mídia e mediação. **MATRIZES**, São Paulo, n.2, p.39-53, Abr. 2007.

GRISPUM, Denise. Mediação em museus e em exposições: espaços de aprendizagem sobre arte e seu sistema. **Revista Gearte**, v. 1, n. 2, p.272-283, ago. 2014.

HOFFMAN, Felipe E. Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, nov. 2014. p.537-564.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas 1.** 2. ed. Brasília e Belo Horizonte: MinC/IPHAN/DEMU/Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

KIEFER, Flávio. Arquitetura de Museus. **ARQTEXTO:** Interfaces, Porto Alegre, n.1, p.12-25. 2001.

MATTOS, Yára. **Abraçaldabra**: uma aventura afetivo cognitiva na relação museu-educação. Ouro Preto: UFOP, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A abordagem sócio cultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.2, p.21-34, jul./dez. 2006. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/morado_abordagem.pdf. Acesso em: 22 de Out, 2019.

PAULA, Thais Regina Frascicon de. **A mediação em museus**: um estudo do projeto "veja com as mãos". 2012. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

PINTO, Júlia Rocha. O papel social dos museus e a mediação cultural: conceitos de Vygotsky na arte-educação não formal. *In*: **Palíndromo**. Santa Catarina:CEART/UDESC, 2012. p.81-108.

RIBEIRO, Maria das Graças; FRUCCHI, Graciela. Mediação: a linguagem humana dos museus. *In*: MASSARANI, Luisa *et al.* **Diálogos & ciência**: mediação em museus e Centros de Ciência. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiozruz, 2007. p.67-74.

SILVA, Paula Zasnicoff Duarte Cardoso da. **A dimensão pública da arquitetura em museus**: uma análise de projetos contemporâneos. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DADOS BIOGRÁFICOS



Felipe Eleutério Hoffman: Museólogo pela UFOP. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Doutor em Ciência da Informação pela UFMG. Professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação (ECI-UFMG) na graduação em Museologia. Atua nas áreas de Museologia, Arquitetura e Ciência da Informação com ênfase nos seguintes temas: museus, memória, patrimônio cultural, exposições, museus e justiça de transição.

E-mail: hoffmanfelipe@yahoo.com.br